

O cavalo de Troia: a história da frente única contra o SUS

The Trojan Horse: the story of the united front against the SUS

El caballo de Troya: la historia del frente unido contra el SUS

Thiago Henrique Silva | thiagoh.silva.med@gmail.com

Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes). São Paulo (SP), Brasil

Resumo

Este artigo analisa alguns elementos estruturais com os quais se defronta a luta pelo pleno direito à saúde no Brasil, particularmente após a constituição do SUS em 1988. Dois elementos são fundamentais: as condições internas determinadas pelos pactos intraelites que cristalizaram no sistema político brasileiro seu poder de classe e as condições externas condicionadas pela dominância do capital financeiro e da fração de classe que impõe seu domínio ao sistema de mercados mundial: a finança capitalista. Entender esses elementos se faz fundamental para a compreensão da conformação do que se chama frente única contra o SUS, sintetizada hoje na figura do atual ministro interino da Saúde e nos anseios de mercado que sua agenda começa a atender.

Palavras-chave: SUS; Reforma Sanitária; Capital financeiro; Finança capitalista; Frente política.

Abstract

This article examines some structural elements with which the fight for the full right to health in Brazil faces, particularly after the SUS constitution in 1988. Two elements are essential: the internal conditions determined by intra-elite pacts that crystallized in the Brazilian political system their class power and the external conditions conditioned by the dominance of both finance capital and class fraction that imposes its domination on the world market system: the capitalist finance. To understand these elements is crucial to have an understanding of the conformation of what is called united front against the SUS, summarized today in the figure of the current interim minister of Health and in the market ambitions that his plans begin to satisfy.

Keywords: SUS; Health reform; Finance capital, Capitalist finance; Political front.

Resumen

Este artículo examina algunos elementos estructurales la lucha por el pleno derecho a la salud en Brasil tiene enfrentado, especialmente después de la constitución del SUS en 1988. Dos elementos son esenciales: las condiciones internas determinadas por pactos intra-elite que cristalizaron en el sistema político brasileño su poder de clase y las condiciones externas condicionadas por el predominio del capital financiero y de la fracción de clase que impone su dominio al sistema de mercado mundial: la finanza capitalista. La comprensión de estos elementos es fundamental para comprender la conformación de lo que se llama frente unido contra el SUS, que hoy en día se resume en la figura del actual ministro interino de Salud y en las aspiraciones del mercado que sus planes comienzan a atender.

Palabras clave: SUS; Reforma de salud; Capital financiero; Finanza capitalista; Frente política.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: Concepção, redação e revisão: Thiago Henrique Silva.

Declaração de conflito de interesses: Não há

Fontes de financiamentos: Não há

Agradecimento/Contribuições adicionais: Agradecimento ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) pela contribuição no acúmulo teórico e político na luta por um Sistema de Saúde universal e de qualidade.

Histórico do artigo: Submetido: 09.jun.2016 | Aceito: 11.jun.2016 | Publicado: 30.jun.2016.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciiis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

A história falada traz muitos exemplos de presentes desagradáveis. O presente de grego é um deles, mas não resta dúvida de que a metáfora que melhor se aplica ao Brasil neste momento é a do cavalo de Troia. Acreditando que haviam sido vitoriosos, os troianos aceitaram o maldito presente, que traria consigo o ocaso de sua vitória. Acreditando que estava lutando pelo bem do país, a força social com camisetas da CBF acredita que ter derrubado a Presidenta Dilma foi o louro da sua vitória. Talvez não conheçam eles a história de Pirro. Talvez não tenham prestado atenção naqueles que diziam para queimar o cavalo, assim como certo príncipe troiano. A “batalha contra a corrupção” que pretensamente combateria um problema estrutural da sociedade brasileira trouxe com a sua ressaca a restauração da dominação de uma frente única burguesa.

Alguns pressupostos e as consequências da chegada desse nefasto presente é do que tratará esta nota, dividida em cinco partes:

1. Condições do parto: a emergência de um sistema de seguridade social no Brasil;
2. Infância e adolescência: órfão de pai e mãe;
3. Vida nova com um governo popular?;
4. A *Blietzkrieg* liberal e
5. Os marseheses estão chegando?

Condições do parto: a emergência de um sistema de seguridade social no Brasil

A Nova República democrática brasileira foi uma das últimas a ser restaurada depois de sombrios anos de ditadura empresarial-militar em toda a América Latina. Nunca é demais lembrar que, a despeito da felicidade pelo seu nascimento, as condições do parto não foram lá muito boas. Enquanto a sociedade brasileira pedia democracia e a construção de um Estado de bem-estar nos moldes europeus, algumas razões estruturais seriam definidoras para sua história ulterior.

No cenário local, o Estado brasileiro se reformava “por cima”, com o regime militar garantindo a derrota da campanha das “Diretas já” e conduzindo de forma estável a transição para a democracia. Tão estável que os antigos apoiadores do regime (parlamentares que haviam sido da Arena, depois PDS) representaram nada menos do que 40% do total de constituintes que definiram a nova Carta Magna, como nos informa Timothy Power em seu estudo sobre esse partido¹. Para quem hoje se assusta com a composição do nosso Parlamento, esse dado chama a atenção para sua historicidade. Mais um elemento para se pensar porque a pauta dos movimentos da Reforma Agrária, que obteve três milhões de assinaturas, foi massacrada e a pauta da saúde, que obteve 80 mil apresentou um sucesso importante, mesmo com limitações. A estrutura de classes no Brasil da época demonstrava o que podia e o que não podia ser absorvido enquanto política pública, ou seja, cedia no que não era central para a manutenção de seu poder de classe. Esse sistema de dominação mostrou o peso da herança que imporia à nascente democracia: emplacou um opositor moderado como presidente eleito de forma indireta (Tancredo Neves) e, depois, o primeiro presidente eleito pelo voto popular (Fernando Collor de Mello, ex-arenista). A essa altura, já estava claro que o poder irradiava também de centros alheios ao assento presidencial, pretensamente condensador das vontades democráticas. A presidenta Dilma Rousseff que o diga.

No cenário internacional, os anos 1980 e o início dos 1990 representaram a afirmação da hegemonia da financeirização do sistema de mercado mundial. Saindo da forma metafísica pela qual são tratadas por vezes as novas formas de organização do capitalismo global, tomamos emprestado a categoria dos franceses Suzanne de Brunhoff, Dominique Lévy e Gérard Dumenil: trata-se da dominação de uma fração de classe global, a finança capitalista². O sistema bancário, seguradoras, agências de *rating*, corretoras de seguro e correlatos se firmaram como polo de poder nessa nova forma de arranjo dos mercados mundiais, subjugando o conjunto do capitalismo global a seu modelo de reprodução do capital. As demais frações burguesas, que têm sua vida orgânica

baseada no capital produtivo, tiveram que se adequar: grãos, minérios, madeira e água viram commodities que passam a ser comercializadas em mercado futuro; o sistema de créditos mundial gira em torno das bolsas de valores; as indústrias que antes reinvestiam parte importante dos seus lucros no incremento da produção (consequentemente gerando empregos), agora compram e vendem ações no mercado insone das Bolsas; para se capitalizar, os governantes de plantão endividam nações e as suas futuras gerações. A atração do capital portador de juros por si próprio parece um caminho sem volta.

A queda do bloco soviético como contraponto geopolítico à dominação das elites estadunidenses foi outro elemento definidor do futuro dos sistemas de bem-estar social: se – mesmo eivado de contradições – antes existia um horizonte possível de um “governo dos trabalhadores”, com o fim da URSS a história da luta de classes parecia ter chegado ao fim. Esse contrapeso geopolítico foi fundamental para a luta dos trabalhadores para a conformação dos sistemas de seguridade social europeus.

Tudo isso se sedimentava no mundo quando o Sistema Único de Saúde (SUS) veio à tona, após a Constituinte de 1988. Foi a conjunção desses cenários (correlação de forças externa e interna ao Estado brasileiro) que fez com que o SUS nascesse, como dissera Arouca, “afirmado como princípio, mas sem a base material que o torne realidade”ⁱ, referindo-se à não aprovação do seu orçamento. Contou para isso também o lobby do setor privado, com muita força antes da Constituição, sempre bem alimentado de vultosos recursos públicos.

Infância e adolescência: órfão de pai e mãe

Assim se passa a história dos primeiros anos do Sistema Único de Saúde. Por um lado, sem financiamento adequado que garantisse sua efetivação. Por outro, refém das manobras da política nacional e do clientelismo local.

Não fosse a dedicação de vários agrupamentos e movimentos sociais com histórico de lutas no movimento sanitário que conseguiram transformar em política pública a síntese entre as demandas populares e o marco legal constitucional, o SUS não teria deixado de existir apenas na letra da lei. Os anos 1990, conhecidos como a década da avalanche neoliberal, foram anos difíceis para sedimentação de um sistema de saúde que ainda engatinhava. Mesmo assim, a democracia no Brasil e as lutas nas arenas democráticas conseguiram fazê-lo avançar como política pública, mesmo que timidamente.

Passaram-se 13 anos desde a Lei orgânica da Saúde até a ascensão ao poder de um governo minimamente comprometido com as causas populares. Nesses tempos, qualquer avanço do SUS era conseguido com muita luta dos movimentos, dos conselhos e das categorias profissionais.

Vida nova com um governo popular?

A ascensão do PT ao poder levantou a esperança de que o SUS teria agora seu lugar na história. Porém, há de se levar em conta as condições gerais dessa vitória eleitoral^{ii 1-5} e os limites impostos pelo cenário internacional. Ao longo de seu governo, o PT encontrou no caminho da conciliação de classes a sua estratégia para conseguir melhorar a vida dos mais pobres.

A reorientação do orçamento público realizada pelo PT foi responsável por uma melhora considerável do nível de vida geral da população brasileira, com ampliação do acesso à saúde, moradia, educação e renda mínima. Tudo isso feito dentro de uma arquitetura política que contemplava as frações de classe que se mantinham hegemônicas, ou seja, com altíssimos ganhos para as diversas frações da burguesia brasileira. Ao mesmo tempo, tudo que poderia resultar num esgarçamento dessa arquitetura era descartado. Reformas estruturais como reforma agrária, reforma tributária, reforma urbana, mudanças drásticas na política econômica e a politização

i Revista RADIS nº 72 de agosto de 2008, pg 24.

ii Para essa polêmica entre a vitória eleitoral e o descenso da luta de massas, recomendo a polêmica que envolve Lincoln Secco e Plínio de Arruda Sampaio numa série de artigos no Jornal Correio da Cidadania em 2002, nas edições 255, 256 e 257.

do povo que agora ascendia como consumidor foram sumariamente descartadas, pois significariam tensões no interior do bloco, o que poderia levá-lo a se desagregarⁱⁱⁱ 6-7.

Enquanto durou a bonança econômica, foi possível manter o jogo de ganha-ganha dentro dessa arquitetura. Quando a crise de 2008 finalmente deixou de ser apenas uma marolinha, esse bloco se desagregou. O sucesso da estratégia trouxe consigo seu ocaso. Sem uma grande força social que sustentasse mudanças mais duradouras – tendo em vista a ausência de uma burguesia com projeto nacional e a cristalização do poder de classe no sistema político brasileiro – seria impossível manter a coesão nesse bloco.

Nesse meio tempo o sistema de saúde avançou delimitado pelas contradições de sua época. A reorientação do orçamento público tornou possível um incremento expressivo dos equipamentos de saúde – postos de saúde, Upas, Caps etc. – e da força de trabalho do SUS (médicos, enfermeiros, técnicos, odontólogos, fisioterapeutas etc.), ampliando sobremaneira o acesso ao Sistema. Porém, a estratégia de conciliação logo iria cobrar seu preço. A Lei de responsabilidade fiscal dos anos FHC (Fernando Henrique Cardoso) limitaria a contratação de pessoal para estados e municípios que mal tinham cobertura de saúde. Os poucos recursos do SUS ainda eram drenados pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), que desvinculava parte do orçamento da seguridade para manter os compromissos da dívida pública. O setor privado da saúde também crescia usando o Estado como sua muleta, com isenções fiscais que eram responsáveis por praticamente toda a sua margem de lucro^{iv}. O capital privado investia para se apropriar dos fundos públicos através da gestão de serviços de saúde por organizações sociais e de um novo modelo de negócios das operadoras de saúde, que agora miravam as classes mais populares ofertando planos de saúde a preço popular.

É nesse cenário contraditório que o SUS avança nos anos de governo petista. Por um lado, aumentando o acesso da população à assistência médica mas, aos poucos, cedendo para a reorganização global do capitalismo que tenta reduzir o espaço para as políticas públicas, ampliando o da relação entre o capital privado e os fundos públicos. Ampliando o acesso a várias categorias profissionais antes praticamente inexistentes e, ao mesmo tempo, abrindo o espaço para a participação do capital estrangeiro, vedado pela Constituição de 1988. Qualificando o cuidado à saúde mental com a construção de redes substitutivas e, ao mesmo tempo, continuando refém do complexo médico-industrial. Colocando em cena o Programa Mais Médicos e, ao mesmo tempo, induzindo a um *boom* de escolas particulares de medicina. Esse cenário contraditório, com sinais trocados todo o tempo, marcou os anos do PT no poder. Foram as contradições resultantes do pacto tácito de classes do neodesenvolvimentismo.

A Blietzkrieg liberal

Como a história veio demonstrar em algum momento, o pacto tácito que sustentou os avanços dos anos Lula-Dilma (Luiz Inácio Lula da Silva - Dilma Rousseff) viria abaixo. Alguns apontam que em 2013, com os primeiros sinais de que a crise mundial se avizinhava com força, já se iniciavam repactuações dentro do bloco no poder. A finança capitalista recomeçava uma ofensiva em todo o globo, passando de ataques especulativos à economia russa à reativação de uma política externa mais ofensiva para a América Latina por parte dos Estados Unidos.

Em nosso solo não havia terreno político para essa ofensiva até junho de 2013, visto que os altos índices de aprovação de Dilma, à época, beiravam os 90%⁸. Sem entrar no mérito sobre o que significaram os movimentos de junho, o fato é que abriram de vez a janela para a restauração neoliberal. Ao passo que caíam os índices de aprovação da Presidenta, subia a taxa Selic, taxa básica de juros da economia. A faca no pescoço do governo de coalizão chegara para ficar. Aos poucos, a fração burguesa mais ligada ao capital industrial percebia que perderia o lugar privilegiado que teve nos últimos 13 anos. Os estertores foram ouvidos no início de 2015 num documento

iii Para melhor entendimento e debate das estratégias políticas que orientaram os governos petistas, sugere-se as produções de André Singer e Armando Boito Jr.

iv Os professores Ligia Bahia (UFRJ) e Mário Scheffer (FMUSP) possuem importantes contribuições nesta área.

intitulado Manifesto da Coalizão Capital-Trabalho para a competitividade e desenvolvimento⁹ no início de 2015, articulado entre a Fiesp e algumas centrais sindicais, entregue à presidenta Dilma que acabava de ser reeleita.

Eleita com plataforma mais avançada do que a de seu primeiro governo, cede às pressões da lâmina afiada apontada para si, e nomeia um representante da Finança Capitalista para o comando da Fazenda. A luta interna entre o titular da Fazenda (Joaquim Levy) e o resto do governo saltava aos olhos. Mas o estrago já estava sendo feito, a presidenta aceitou o diagnóstico do “necessário” remédio amargo, apesar das evidências de que essa medicação piorava a saúde de seus doentes europeus.

Esse foi o cenário em que se deu a reconformação da frente única burguesa^v. A fração industrial aceitou mais uma vez seu papel de subalterna na história, cedeu de vez à política dos juros altos, pedindo para isso ao menos um câmbio depreciado e ainda mais importante: a redução da massa salarial. O principal pilar social construído nos anos Lula-Dilma (a participação dos salários no PIB) tinha que ser dinamitado, com todos os seus corolários: desindexação dos benefícios previdenciários e aumento do desemprego para níveis compatíveis “com a atividade econômica”. Esta era a agenda “não-dita” e maldita das frações hegemônicas no bloco do poder. Se para completá-la era necessário romper com a legalidade democrática, qualquer argumento bastaria. Daí a fragilidade dos argumentos jurídicos que embasam o Golpe vivenciado no Brasil de hoje. Que a cortina de fumaça do “combate à corrupção” não obscureça os reais interesses da frente única burguesa com a agenda golpista.

Os chamados “salários indiretos” como as políticas públicas condensadas na seguridade social (saúde, assistência e previdência) também deveriam passar por ‘ajustes’ como é possível constatar em recente declaração do ministro ilegítimo da Saúde, Ricardo Barros.

O ministro ilegítimo, financiado por operadoras privadas de saúde, e as duas vertentes principais de seu discurso apenas confirmam nossa tese: a frente única burguesa também se conformou no setor saúde. Se, por um lado, o ministro afirma não ser necessária regulação forte dos planos de saúde (e com isso se abandona o debate sobre o montante de recursos perdidos com a isenção fiscal, ressarcimentos ao SUS e controles de procedimentos de cobertura obrigatória pelos planos), por outro, reitera o discurso de “eficiência na gestão”, um eufemismo para terceirizar a gestão dos serviços de saúde para organizações sociais de saúde. Agora o programa político não é a resultante de uma tensão entre o poder público (ampliação do acesso, novos equipamentos etc.) e o poder privado. O que se tem hoje é o Ministério da frente única burguesa contra o SUS.

Os marseheses estão chegando?

Diante de todo este tenebroso cenário para o direito à saúde no Brasil, não resta outra saída àqueles que estão do outro lado da trincheira: fortalecer uma defensiva estratégica e passar à ofensiva o quanto antes. A consolidação – pela primeira vez na história deste país – de uma frente de esquerda não eleitoral de alcance nacional (a Frente Brasil Popular) e de uma frente de esquerda composta por novos atores com forte atuação no Sudeste (Frente Povo Sem Medo) é um alento para os dias sombrios. A incorporação da agenda da saúde e dos movimentos ligados ao Fórum da Reforma Sanitária neste contexto se faz não apenas necessária, mas condição para manter viva a esperança de um Sistema Único de Saúde.

É preciso aprender com as derrotas nas batalhas que se passaram. E esses dias frios de 2016 insistem em nos ensinar que a democracia não pode ser canonizada como valor universal. Se por conta de um projeto reformista fraco e de coalizão de classes que foi operado nos últimos anos a frente única burguesa mandou nossa democracia para as calendas gregas, imaginem quando propusermos e tivermos força para impor o SUS que queremos. Que os dias de hoje nos ensinem que a luta de classes não pode jamais ser ignorada. E, sendo assim, preparemos o terreno: os marseheses hão de chegar!

v Trabalhamos com conceito da frente única burguesa desenvolvido por André Singer em seu artigo Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rouseff (2011-2014)⁶.

Referências

1. Lavor A, Dutra A, Dominguez B, Martins DP, Pereira JR, Machado K et al. A Saúde em Construção. Radis: comunicação em saúde [internet]. 2008 Ago [citado 23 jun 2016]. Disponível em http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis_72.pdf.
2. Power TJ. The Political Right in Postauthoritarian Brazil: Elites, Institutions and Democratization. Pensilvania: The Pennsylvania State University Press; 2000.
3. Chesnais F, Brunhoff S, Dumenil, G, Husson M, Levy D. A finança capitalista. São Paulo: Alameda; 2010.
4. Secco, L. Condições políticas de um programa econômico [internet]. Jornal Correio da cidadania; 2002. [citado 23 jun 2016] Disponível em <http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed255/politica2.htm>
5. Sampaio, P.A. Programa do PT em debate: respondendo ao companheiro Lincoln Secco [internet]. Jornal Correio da cidadania; 2002. [citado 23 jun 2016] Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed256/politica5.htm>
6. Secco, L. Programa do PT em debate: Revolução e eleições – réplica ao companheiro Plínio de Arruda Sampaio [internet]. Jornal Correio da cidadania; 2002. [citado 16 jun. 2016]. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed257/politica2.htm>
7. Singer, A.V. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
8. Boito Jr. A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo [Internet]. Trabalho apresentado na edição 2012 do Fórum Econômico da FGV/São Paulo. [citado 16 jun. 2016]. Disponível em <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>.
9. Moreira, C. A Estratégia de desconstrução do governo trabalhista de Dilma [internet]. Brasil Debate; 2015. [citado 16 jun. 2016] Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-estrategia-de-desconstrucao-do-governo-trabalhista-de-dilma/>.
10. Villaverde, J. O Manifesto da Indústria e dos sindicatos para Dilma. Estadão. 2015, março 5. [citado 23 jun 2016] Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/joao-villaverde/o-manifesto-da-industria/>.
11. Singer, A.V. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Revista Novos Estudos nº 102. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2015.